

DIFICULDADES DE INCLUSÃO SOCIAL PELA CULTURA: O CASO DO POLO COSTA NORTE (MARANHÃO, PIAUÍ E CEARÁ)

*Elimar Pinheiro do Nascimento
Helena Araújo Costa
David Leonardo Bouças da Silva*

Resumo

Sociedade e Estado, personagens fundamentais na promoção da inclusão social, têm trabalhado com o binômio emprego e renda para mitigar a pobreza e a desigualdade, particularmente, por meio da educação e da capacitação de jovens e adultos. A experiência relatada trata da inclusão social por meio da identificação e estímulo de grupos culturais desenvolvida no Polo Costa Norte, que abrange como principais atrativos os Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses e Jericoacoara, e Áreas de Proteção do Delta do Parnaíba e de Jericoacoara. Esta iniciativa foi executada em parceria entre universidades e ONGs, com financiamento do Ministério do Turismo e Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. A experiência mostrou a necessidade de articular políticas, contextos e culturas. Apesar da importância do turismo como ferramenta de inclusão social através da promoção da cultura local, observou-se dificuldades para realizar com êxito o ensejo, dentre elas: desarticulação, descrença e falta de visão empreendedora dos grupos culturais na sua capacidade de inserção no mercado turístico; carência de sensibilização do empresariado local para o trabalho sistemático com grupos culturais; forte presença de menores nos grupos culturais; desconhecimento acerca das potencialidades culturais locais; e perspectiva de curto prazo na execução de projetos. PALAVRAS-CHAVES: inclusão social; cultura; turismo; Polo Costa Norte

Abstract

Society and State are both crucial for promoting social inclusion. They usually combine actions for employment and income generation in order to reduce poverty and inequality, particularly through projects for young people and adults' education. The article presents an experience of social inclusion which alternatively managed to identify and stimulate cultural groups in the Costa Norte, remarked by its conservation areas and natural attractions. The initiative is supported by the Brazilian Ministry of Tourism and the Spanish Cooperation for International Development and conducted by universities and NGO in partnership. The experience shows the importance of articulating public policies, realities and cultures in projects for social inclusion. Despite the fact that tourism can be an alternative for social inclusion when linked to local popular culture, some difficulties were found in order to accomplish the objectives. First, group's members lack of faith, organization and entrepreneurial attitude to integrate the tourism market. Second, the local entrepreneurs lack openness to work systematically with the groups. Third, the strong presence of minors as members of the groups and few information about the tourism potential in the group. Last, short term basis in projects which require long term perspective.

KEYWORDS: social inclusion; culture; tourism; Costa Norte (Brazil).

INTRODUÇÃO

O tema da integração social tem estado presente na literatura das ciências sociais brasileira de forma relevante desde os anos 1980, porém de formas distintas¹. Uma delas encontra-se expressa no jogo entre exclusão e inclusão social, na medida em que o risco da desagregação social substituiu o da desagregação territorial resolvido nos anos 1960/1970, com o deslocamento da capital federal para o planalto central, a construção da transamazônica e a expansão da fronteira agrícola para o norte, além da criação da Sudene².

O ponto de partida do jogo supracitado encontra-se no fato de que a exclusão social é percebida na modernidade como algo anacrônico. Considerada normal nas sociedades pretéritas, pois fundadas em princípios particularistas, a exclusão social é tida como anacrônica em uma sociedade fundada no princípio universal da igualdade de direitos entre os seus membros, como é a sociedade moderna (NASCIMENTO, 1997; ESCOREL, 1999). Enquanto o processo de inclusão ou integração social prevaleceu no Brasil, marcado pelo dinamismo econômico dos primeiros setenta anos do século XX, a exclusão social não tinha lugar na agenda pública. Com a perda de dinamismo econômico que marca o país desde os anos 1980, a exclusão passou a ser considerada como objeto de estudo pelas ciências sociais, ao mesmo tempo em que integrava a agenda política e ganhava os meios de comunicação. Ganhou visibilidade social, tornou-se objeto de denúncias e de tentativas de explicação, muitas vezes sob a forma de debate em torno do significado da pobreza (DEMO, 2003; SCHWARTMANN, 2004; ROCHA, 2006). Contribuiu para isso o deslocamento de uma massa de pobres trabalhadores para os centros urbanos, atraídos pelo dinamismo econômico dos anos 1970 e jogados no desemprego com a crise dos anos 1980, que perdurou, de forma latente, ao longo dos 25 anos seguintes. Neste período o Brasil caiu do patamar de 10% de crescimento do PIB para 2%, e mais forte ainda, conheceu a instabilidade que nos fez navegar entre índices de crescimento de 8% para abaixo de zero (NASCIMENTO, 2003).

A contra face do fenômeno foi o aumento do interesse dos agentes públicos por processos de inclusão social (SACHS, I, 2003), inclusive no campo internacional (SACHS, J., 2005).

A sociedade e o Estado no Brasil assumiram, desde a década de 1990, o dever de promover a inclusão social por meios os mais diversos. A de maior sucesso é, atualmente, a política de transferência de renda, expressa relevante-mente no programa Bolsa Família, e a mais discutida tem sido a de geração de emprego. Emprego e renda, transferida ou obtida, tem sido o binômio da inclusão, valorizando, em particular, a educação e a capacitação de jovens e adultos. No entanto, apesar da redução da pobreza e da desigualdade nos últimos anos (BARROS e CARVALHO, 2005), os resultados têm sido, aparentemente, poucos.

Neste artigo relata-se uma experiência de inclusão social por meio da identificação e estímulo de grupos culturais locais, desenvolvida durante cerca de um ano (2008/2009) no Polo Costa Norte (Lençóis Maranhenses, MA; Parnaíba, PI e Jericoacoara, CE). As ações foram financiadas pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e Ministério do Turismo (MTur), executadas em parceria de organização do Terceiro Setor com universidades federais. Conclui-se que a inclusão social, para ter êxito, precisa contar com a articulação de políticas, contextos e culturas, e de ações

públicas com durabilidade.
POLO COSTA NORTE

O chamado Polo Costa Norte (PCN) é um dos Roteiros Integrados resultantes do Programa de Regionalização do desenvolvimento da atividade turística no Brasil, que tem como objetivo “promover o crescimento econômico, a criação e manutenção de novos postos de trabalho, de forma a buscar o desenvolvimento sustentável nas regiões turísticas envolvidas” (MTUR, 2005). É composto por uma faixa litorânea que perpassa três estados – Maranhão, Piauí e Ceará – incluindo 12 municípios, 4 em cada um desses estados.

A atuação deste projeto englobou, na região dos Lençóis Maranhenses, os municípios de Santo Amaro, Barreirinhas; Paulino Neves e Tutoia. Na região do Delta, foram incluídos os municípios de Ilha Grande; Parnaíba; Luís Correia e Cajueiro da Praia. Na região de Jericoacoara, por sua vez, os municípios de Camocim, Jijoca de Jericoacoara, Cruz e Acaraú.

A visão de futuro presente no planejamento estratégico do PCN menciona tornar-se “um destino sustentável de referência nacional e internacional, por seus produtos únicos, diferenciados, que integram natureza, aventura, esportes relacionados com vento e água, e *cultura*, num cenário de sol e praia” (SEBRAE, SENAC, MTUR, 2006, p. 60 [grifo próprio]).

A diversidade cultural e ecossistêmica da região é acompanhada também de fragilidades. O turismo no PCN se assenta, sobretudo, na visitação de unidades de conservação (UCs), cujo incremento na demanda de turistas, assim como o avanço da especulação imobiliária e de algumas atividades econômicas locais – como a carnicultura em Cruz –, impõe desafios aos seus gestores.

As UCs em destaque são os Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses e de Jericoacoara, afora as Áreas de Proteção Ambiental Federais do Delta do Parnaíba e de Jericoacoara,

sendo estes os atrativos naturais de maior interesse turístico da região (LIMA/COPPE/UFRJ, MTUR, 2007). A exploração turística dos municípios – especialmente em Jericoacoara – absorve, com evidência, culturas exteriores a sua, adquirindo conotação de “aldeia global”, porquanto é dificultoso perceber, nas manifestações culturais, na gastronomia e no artesanato, traços típicos que identifiquem o que, tradicionalmente, pertence à região.

A região do PCN é economicamente desfavorecida, o que fica demonstrado por seus indicadores de saúde, alfabetização e renda, condensados em baixos IDHs municipais. Todos os municípios da região apresentaram em 2000 IDHs menores do que as médias do Brasil (0,766) e do Nordeste (0,676) (PNUD, 2006).

Economicamente, alguns municípios têm como setor produtivo mais relevante o turismo, particularmente aqueles denominados de âncoras (Barreirinhas, Parnaíba e Jericoacoara). Os demais se concentram em atividades de pesca e agricultura, sendo raras as indústrias manufatureiras.

O turismo no território vincula-se, principalmente, ao lazer, contemplação, esporte e aventura no meio ambiente natural realizado na zona costeira. Merece considerações a disparidade da realidade do turismo nas localidades investigadas, porquanto os destinos apresentam níveis de vida bastante desiguais e forte distinção no que diz respeito não somente ao fluxo de turistas, mas aos serviços turísticos oferecidos.

Jericoacoara apresenta superior variedade de equipamentos turísticos, com mais sofisticação, respondendo pela maior parte do fluxo de turistas estrangeiros no PCN. A região dos Lençóis Maranhenses, que conta com uma infraestrutura turística mais simples, vem atraindo um número crescente de turistas nacionais e começa a despertar interesse em mercados emissores internacionais. Na região do Delta do Parnaíba, a

atividade turística é a mais incipiente em termos de infraestrutura e fluxo turístico, cuja demanda, provém, sobretudo, do espaço regional e local. As demais localidades, atualmente, ocupam uma posição predominantemente de rota e não de destinos dentro da lógica do roteiro. Dificilmente podem ser chamadas de turísticas, tendo um fluxo residual de turistas e baixa profissionalização da mão de obra envolvida no setor em questão. Resumidamente, o PCN apresenta um contexto de acentuada pobreza – consubstanciado em baixos IDHs – e de fragilidade ambiental, com perda de identidade cultural em alguns casos, escassas alternativas econômicas e disparidade na inserção de seus destinos no mercado do turismo. Por outro lado, tem recebido crescente atenção de políticas públicas, com destaque para intervenções vinculadas ao turismo, firmando o pioneirismo nacional na criação de um consórcio interestadual para gestão da região.

A EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO POR MEIO DE ATIVIDADES CULTURAIS E BREVES RESULTADOS

Dentro da noção de turismo sustentável residem preocupações com a valorização e fortalecimento da cultura local e o transbordamento de benefícios advindos da atividade turística para os arredores das localidades consideradas como destinos principais.

Entende-se que promover a inclusão destas comunidades – atualmente à margem do turismo desenvolvido no PCN, com ações de baixo custo e com potencial de sobrevivência em longo prazo – é tarefa desafiadora, todavia, por meio da facilitação do acesso de grupos culturais comunitários ao mercado turístico existente pode residir uma alternativa.

Se, por um lado, o produto turístico

do PCN é despido de vertentes culturais, por outro lado, existem grupos que carecem de oportunidades para se inserirem naquele mercado. Inserção que pode viabilizar uma alternativa de geração de renda, incremento da experiência turística e valorização de identidades para populações de menor renda.

Na experiência supracitada tentou-se experimentar essa via promovendo-se concursos culturais que funcionavam, simultaneamente, como vitrines para os tomadores de decisões locais e empresários e, em segunda instância, como espaços para entretenimento de visitantes e da própria população, com seus próprios grupos e cultura, estimulando a autoimagem desses grupos culturais.

Buscou-se respeitar, em todas as etapas do processo, as idiossincrasias das regiões dos Lençóis, do Delta e de Jericoacoara. Para isso foram lançados três editais regionais com traços específicos, diferenciando-se desde a maneira de convidar os grupos até o tipo de evento e premiação. A delimitação de onde deveriam acontecer os eventos culturais ocorreu de forma a privilegiar a participação de grupos carentes – arcando com os custos de deslocamento e alimentação de cada componente – e de fomentar o fortalecimento em locais com atividade turística menos consolidada. Portanto, foram realizados cinco eventos, em forma de concurso ou apresentação³: Santo Amaro, Barreirinhas, Tutoia, Parnaíba e Camocim.

Ao estabelecer contato com maior parte dos grupos culturais e convidá-las para as apresentações, seus representantes manifestaram aos pesquisadores preocupação com relação a duas situações: primeiramente, que seus grupos necessitavam de recursos para investir nas indumentárias e ajustá-las para conseguirem competir e, em segundo, que diante do envolvimento com as campanhas eleitorais, um concurso geraria rivalidade entre os grupos,

situação esta inexistente em muitas localidades.

Desse modo, a fim de agir de acordo com as realidades locais, optou-se por concursos apenas nos locais que não manifestaram tais inquietações – Barreirinhas e Parnaíba. Nos demais, uma premiação em forma de cachê foi dada para auxiliar o grupo a dotar-se de condições para apresentações públicas. Uma resultante de destaque é que, para muitos dos grupos que se apresentaram, esta iniciativa representou o primeiro apoio financeiro desde a sua criação. O primeiro passo da atuação consistiu na identificação dos grupos culturais em cada município. Alguns quesitos, ainda que compostos por alguma subjetividade, deveriam ser contemplados como: a representação de cultura tradicional do local na manifestação e/ou que pudesse agregar valor à experiência do turista no PCN. Ademais, focou-se em grupos minimamente organizados e com atividades já iniciadas, o que foi verificado por meio do prazo médio concedido para que eles pudessem se preparar para a apresentação (quatro semanas). Com isso desejava-se não fomentar, neste momento, o surgimento de novos grupos, mas sim oferecer possibilidade de inclusão àqueles já existentes e carentes de apoio.

Em Santo Amaro e Barreirinhas, utilizou-se a chamada por rádios comunitárias para que os grupos se inscrevessem para as apresentações. Em Tutoia e Paulino Neves, a identificação foi feita por meio de entrevistas com moradores antigos, empresários e pessoas que trabalham nos órgãos locais envolvidos com educação, cultura e turismo. Posteriormente, os grupos foram visitados e convidados pessoalmente por articuladores locais dos eventos.

No Delta, por se tratar da inclusão de quatro municípios no mesmo concurso, foi utilizada uma metodologia de bola de neve para identificação de grupos. Iniciou-se o contato por meio de indicações de atores locais que

trabalhavam com questões culturais, a exemplo do Senac e o Sebrae de Parnaíba, a Universidade Federal do Piauí. Realizou-se um trabalho de reconhecimento e visita aos representantes dos grupos, além da sondagem do desejo de participar em uma premiação.

Na região de Jericoacoara, contou-se com a colaboração dos órgãos públicos locais relacionados ao turismo e à cultura. No caso de Camocim, a Secretaria de Cultura e Desporto local, juntamente com a Secretaria de Turismo, selecionou grupos culturais já conhecidos pela população e com formato para apresentação turística, além de outros com potencial, todavia carentes de ajuda financeira. No município de Cruz, a Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente se encarregou de estimular os grupos para se apresentarem, organizando a logística da apresentação.

Os concursos ou apresentações foram realizados após os grupos de trabalho dos seminários Construindo Soluções⁴, cujos participantes foram empresários envolvidos com hospedagem, receptivo e alimentação; além de escolas, professores, autoridades locais e a própria população. Como parte da programação cultural, os grupos artísticos dispunham de um espaço variado para apresentação, variando de praças públicas a auditório de universidade. A divulgação ocorreu por meio de anúncios e faixas afixadas em locais de grande circulação popular, fato que corroborou com o comparecimento de público local composto também de turistas nacionais e internacionais. A ideia-chave foi a de apresentar as manifestações simultaneamente aos empresários, aos moradores e aos turistas, estimulando a crença na cultura local enquanto potencial de atrativo turístico.

Privilegiou-se, em todos os contextos, que os grupos apresentassem manifestações culturais distintas, a fim de demonstrar a diversidade presente no local. Como exemplo, em

Tutoia (MA) houve a participação de um grupo de dança com inspiração indígena formado por estudantes secundaristas da cidade, afora um grupo de boi cujos componentes também eram alunos de escolas locais e, por fim, grupo de dança do Carçoço, tradicional nos arredores da cidade, e em vias de se perder como manifestação cultural local.

No caso de Camocim (CE), a variedade cultural foi representada por grupos de música, dança, e uma banda de flautas, trompetes, saxofones etc., acompanhada de um grupo de quadrilha, ambos compostos por mais de 20 componentes e nitidamente adequados a apresentações públicas, inclusive turísticas. Por outro lado, os grupos de teatro e de capoeira, ratificaram a diversidade de atratividades culturais.

Outra situação de fomento à cultura local foram os almoços oferecidos nos seminários Construindo Soluções nos quais os participantes puderam conhecer melhor a gastronomia típica de cada localidade (pratos, doces e sucos regionais). Esta etapa levantou dados em entrevistas sobre pratos típicos localmente e objetivou estimular o prestígio à culinária local, uma vez que se percebe nos meios de hospedagem e nas empresas de alimentação em vários municípios, como Jericoacoara e Barreirinhas, a baixa oferta de produtos da gastronomia local. Em Santo Amaro, aproveitando-se da ocasião do seminário, a Secretaria Municipal de Turismo organizou uma oficina de gastronomia cuja parte prática do curso foi o preparo do almoço aos participantes do evento.

Registrou-se dificuldade de encontrar nas localidades pessoas que trabalhavam profissionalmente com alimentação e que oferecessem receitas tradicionais locais para um evento – entendidos por eles como do dia a dia e não especiais para uma ocasião como esta. Portanto, verificou-se o estranhamento e a dificuldade de oferta na tentativa de valorizar traços rotineiros daquelas

culturas, ao mesmo tempo em que uma riqueza cultural-gastronômica existente e não é aproveitada para a oferta do turismo. Para contornar a situação, foram contratadas pessoas locais e encomendadas as receitas citadas ao longo da pesquisa.

Somando-se às apresentações de grupos artísticos e almoços com comidas típicas, exposições com artesanato local foram apreciadas pelos participantes das oficinas e da programação cultural. Em Barreirinhas, organizou-se um desfile de moda com peças confeccionadas a partir da fibra de buriti, pelos artistas da comunidade do Marcelino. No local, um *stand* foi montado para as artesãs comercializarem seus produtos (bolsas, chapéus etc.). Em Camocim, pintores divulgaram sua arte em praça pública juntamente aos grupos de música, dança e teatro. Em Parnaíba, além de expor o artesanato, cooperativas piauienses foram contratadas para suprir o evento com copos de cerâmica e pratos de palha, permitindo divulgar seu trabalho e promover um evento de enlace entre a cultura popular e o meio ambiente, valorizando o saber-fazer com materiais locais, evitando produtos descartáveis de plástico.

Entre os resultados positivos da iniciativa, dois merecem destaque, segundo depoimentos de seus participantes e moradores locais.

No concurso de Barreirinhas, a Dança Portuguesa Meninas do Soeiro – que conta com a participação de jovens de uma escola municipal e cujas vestimentas foram confeccionadas e compradas pelas mães das discentes – investiu o prêmio de 1º lugar do concurso na aquisição de novas indumentárias e, desde então, passou a ser convidada para se apresentar em eventos locais, ganhando, inclusive cachês para apresentação.

No concurso de Parnaíba, o grupo premiado com o primeiro lugar, Boi Novo Fazendinha, investiu o prêmio em material de construção para ampliar a pista de ensaio na sede do grupo cultural por acreditarem ser

importante para o grupo ensaiar com maior conforto e realizar festas de apresentação para turistas e moradores, possibilitando uma nova fonte de renda. Para aqueles envolvidos com o grupo, que tem ocupações outras (mototaxistas, pedreiros etc.), foi uma ocasião de valorizar suas famílias e um traço cultural tradicional que vinha sendo perdido, além de incrementar a oferta turística cultural da cidade de Parnaíba potencial atividade de geração de renda e propagação desta atividade cultural. Os exemplos demonstram que este pode ser caminho de inserção social, com possibilidade de ampliar a renda de seus participantes, fortalecer os vínculos culturais e as tradições populares, além de fomentar o desenvolvimento de talentos e ampliar a atratividade dos destinos turísticos.

DIFICULDADES DE INSERÇÃO DOS GRUPOS CULTURAIS

Apesar de resultados positivos e satisfatórios, várias dificuldades foram encontradas nestes primeiros passos para inserção dos grupos culturais. Encontrou-se nesta atuação o desafio de motivar alguns grupos a participarem dos concursos, tendo em vista a desarticulação e descrença demonstrada pela falta de estímulo e reconhecimento, bem como pela falta de recursos básicos para comparecer ao evento, em alguns casos. Entre aqueles que se motivaram inicialmente, alguns demonstraram não crer na capacidade de inserção no mercado do turismo, porém viam como oportunidade de exibir seu trabalho momentaneamente e para pessoas de fora, vinculadas no seu imaginário a autoridades públicas. Ainda, por parte dos grupos, há o obstáculo imposto por uma aliança entre a falta de preparo para o empreendedorismo que habilitem a construção de projetos de caráter

comunitário em suas localidades e de espaços de diálogo com tais empresários, limitando o surgimento e alcance de iniciativas mais autônomas.

Aparece também como desafio a sensibilização do empresariado local para o trabalho sistemático com os grupos culturais, passando a valorizá-los como incremento ao turismo local e a oferecer disponibilidade para remunerar seu trabalho. Revelou-se um desencontro de expectativas: se por um lado os empresários argumentam que não promovem a cultura porque não é o que o turista da região busca, por outro lado, queixam-se turistas e empresários da falta de opções de atividades, o que reduz o potencial turístico dos locais e o tempo de permanência de turistas. Outro desafio percebido se refere à grande participação de crianças e adolescentes nos grupos culturais locais, muitas vezes ligados às escolas. Ao mesmo tempo em que é louvável por ser uma atividade complementar aos estudos, garantindo que vivenciem e prestigiem mais sua cultura, impõem-se restrições para inserção no mercado turístico tanto em decorrência dos horários das apresentações – normalmente à noite – quanto por necessidade de assegurar ambientes e negociações adequados à exposição de menores. Evidenciou-se o desconhecimento acerca das potencialidades culturais tanto por parte de autoridades estaduais e federais, como também das locais. Somam-se a isso, dificuldades em realizar o levantamento das manifestações artístico-culturais dos municípios. Em muitas situações, confirmou-se o desconhecimento da própria população acerca do que deveria ser parte de sua vivência cotidiana. Situação esta que justifica a descrença local em utilizar a cultura como produto de apelo turístico e com potencial para inclusão de seus participantes.

Por fim, emerge um desafio recorrente em projetos de desenvolvimen-

to local: o tempo do projeto não ser compatível com o tempo das mudanças sociais, considerando ser interessante acompanhar a utilização dos recursos e das mudanças, embora o tempo do projeto estivesse esgotado formalmente.

CONCLUSÃO

A inclusão social favorecida pelo governo federal, atualmente expressa no Programa Bolsa Família é, sem dúvida, um programa de sucesso, com efeitos visíveis e registrados em avaliações e estudos. Trata-se de uma transferência de renda absolutamente necessária tendo em vista as precárias condições de vida de uma parte da população brasileira, não apenas despida de renda como de meios eficazes de sua obtenção em níveis indispensáveis para uma vida minimamente digna. Porém, uma parte dos beneficiários do Programa tem chances de sair, na medida em que haja articulações de políticas e ações governamentais e societais, ou seja, tanto das diversas instâncias de governo quanto da iniciativa privada.

A experiência registrada neste trabalho demonstrou que o processo de inclusão social reveste-se de inúmeras dificuldades advindas de fontes diversas, e que a sua superação depende em grande parte da articulação de iniciativas públicas e privadas, econômicas e sociais, locais e nacionais. Isso na medida em que as dificuldades de inserção no mercado de grupos culturais locais estão relacionadas a diversos fatores, entre os quais foi possível identificar na experiência descrita os seguintes: a) dos poderes públicos constituídos, que não percebem que a cultura constitui um campo de empreendimentos e negócios importante e crescente no país ; b) do empresariado local de turismo que não é capaz de antecipar um diferencial de serviço na apresentação de grupos locais cul-

turais; c) dos grupos culturais sem traquejo de inserção mercadológica e, finalmente, d) da cultura pré-capitalista imperante em largos espaços do país, a qual não permite a parte de seus atores mobilizarem energias maiores para a geração de renda e mudança de estilo de vida.

Além disso, percebe-se que o turismo, cuja bandeira reside nas potenciais ações de inclusão social e valorização das culturais locais, caminha por vezes em sentido contrário. O caminho de investigação para identificar os grupos culturais da região do PCN foi mais dificultoso nas localidades em que a atividade turística encontra-se em estágio mais avan-

Notas

¹ Exemplos destas abordagens diferenciadas podem ser observados em Pastore, Zylberstajn e Pagotto (1983), Hoffman (1984), Abranches (1985), Jaguaribe et al (1986), Bacha e Klein (1986), Albuquerque e Villela (1990), Rocha (1991), Faria (1992) e Nascimento (1993).

² Nascimento (1994) e Buarque (1994).

³ Os concursos pressupõem competição entre grupos em função de uma premiação. Já as apresentações são demonstrações públicas com pagamentos de cachês e sem competição.

⁴ Os seminários Construindo Soluções, fruto do *Projeto de Desenvolvimento do Turismo Sustentável* nas regiões dos Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba, Serra da Capivara e Jericoacoara – parceria entre Ministério do Turismo, Agência Espanhola de Cooperação Internacional, Instituto Ambiental Brasil Sustentável e Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, consistiram em oficinas voltadas às discussões de potencialidades, problemas e suas soluções para os municípios turísticos da costa do Ceará, Piauí e Maranhão.

⁵ Uma das exceções é o ministro atual da cultura, Juca Ferreira.

⁶ Quando a prática turística se torna realidade em determinado lugar, mesmo que seja orientada para a sustentabilidade, com a predominância de baixos fluxos de turistas, os espaços locais são incessantemente invadidos pelo *novo*. O *novo* pode vir representado pelos visitantes com seus costumes, sotaques e línguas; construções civis atípicas; dinâmica nova em transportes e no modo de comerciar; novos moradores, enfim (CARVALHO, 2007).

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. *Os despossuídos: crescimento e pobreza no país dos milagres*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de e VILLELA, Renato. *A Situação social no Brasil: um balanço de duas décadas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

BUARQUE, Cristovam. *A Revolução nas prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética*. São Paulo: Paz e terra, 1994.

CARVALHO, Rossane C. *Turismo nos Lençóis Maranhenses: estudo das representações sociais de atores sobre a situação atual e futura do turismo nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão*, MA. 311p. Tese de Doutorado, CDS/Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DEMO, Pedro. *A pobreza da pobreza*. São Paulo: Vozes, 2003.

SCOREL, Sarah. *Vidas ao leu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FARIA, Vilmar. A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas. *Novos Estudos Cebrap*, 33, São Paulo, jul. 1992, p. 103-114.

HOFFMAN, R. *A Pobreza no Brasil: análise dos dados dos censos demográficos de 1970 e 1980*. VI ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, São Paulo, 1984, mimeo.

JAGUARIBE, Hélio. *Brasil: reforma ou caos*. Rio de Janeiro: Paz e terra 1989.

LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR DO MEIO AMBIENTE - LIMA/COPPE/UFRJ, Ministério do Turismo – MTUR. *Avaliação Ambiental Estratégica: linha de base aspectos do turismo na Costa Norte*. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em <http://www.lima.coppe.ufrj.br/aeecostanorte> Acessado em maio de 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). *Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes operacionais*. Brasília, 2005.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In Burzstyn, M. (Org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade? In DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, E. (Orgs). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares? In Diniz, E.; Leite Lopes, J. Sérgio e Prandi, R. (Orgs). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo/Rio de Janeiro: Anpocs–Hucitech-Ipea, 1994.

_____. Projetos nacionais e exclusão social. *Planejamento e políticas públicas*, 10, Ipea, Brasília, dezembro de 1993, p. 91-116.

BARROS, R. P.; CARVALHO, Mirela de. A política social brasileira. In: URANI, A.; ROURE, M. (Org.). *Investimento privado e desenvolvimento: balanço e desafios*. Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2005, p. 109-131.

PASTORE, J.; ZYLBERSTJN, H. E PAGOTTO, C. S. *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980 (O que ocorreu com a família brasileira?)*. São Paulo: Pioneira, 1983.

PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília, 2006.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?* (3. ed.). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ROCHA, Sonia. Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: um balanço dos anos 80. Rio de Janeiro: IPEA, *Boletim Conjuntural*, n. 12, jan.1991, p. 35-39.

SACHS, Ignacy. *Inclusão social pelo trabalho*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SACHS, Jeffrey. *O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Elimar Pinheiro do Nascimento é professor doutor em Sociologia, pós-doutor em Ciências Sociais e Diretor do CDS/UnB, elimarcds@gmail.com.

Helena Araújo Costa é professora do ADM/UnB, doutora em Desenvolvimento Sustentável e Mestre em Turismo, helenacosta@unb.br.

David Leonardo Bouças da Silva é Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Maranhão e Mestre em Desenvolvimento Sustentável, davidboucas81@hotmail.